

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.698 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2003

## Plenário presta homenagem a Raymundo Faoro

PÁGINA 6



Paulo Paim assina convênios com assembleias legislativas mineira e gaúcha, Anatel e governo do Rio Grande do Norte

### Assinatura de novos convênios marca primeiro aniversário da Unilegis

PÁGINA 6

## Senado pede ajuda da Receita Federal para investigar contas CC-5

Comissão de Fiscalização e Controle quer apoio de grupo de auditores fiscais para desvendar sonegação tributária pelo Banestado nos EUA

A Comissão de Fiscalização e Controle vai pedir à Secretaria da Receita Federal a criação de uma força-tarefa de pelo menos 30 auditores fiscais para tentar rastrear o destino de cerca de US\$ 30 bilhões remetidos

ilegalmente para o exterior, entre 1996 e 1999, pela agência do Banco do Estado do Paraná (Banestado) em Nova York. Os senadores também ouvirão o procurador da República que chefiou as investigações das contas CC-5.

## Parecer sobre LDO tem prazo até 7 de junho

PÁGINA 3



Senadores da Comissão de Relações Exteriores aprovaram a indicação de Valdemar Carneiro Leão para embaixada brasileira no Canadá

### Comissão quer apoiar brasileiros no exterior

A Comissão de Relações Exteriores aprovou a criação da Subcomissão Permanente Destinada à Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior. A proposta partiu dos senadores Marcelo Crivella e Tião Viana. Também foi aprovada a indicação de Valdemar Carneiro Leão para o cargo de embaixador no Canadá.

PÁGINAS 2 E 5

## Paim recebe Joaquim Barbosa, indicado ao STF

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), no exercício da Presidência, recebeu ontem o procurador da República Joaquim Benedito Barbosa Gomes, cujo nome foi indicado pelo presidente Lula para o Supremo Tribunal Federal (STF), devendo ser o primeiro negro a ocupar o cargo naquela Corte. O senador ressaltou a importância do evento para a história das instituições brasileiras.

— Joaquim Barbosa é um homem de grande conhecimento, convocado pelo governo Lula, e que já foi recebido aqui na Casa pelo presidente Sarney, que deu todo o apoio à sua indicação. Agora me visita, como vice-presidente do Senado e senador negro. É um marco na história do país. Fico feliz que na gestão de Luiz Inácio da Silva e José Sarney, eu, como vice do Senado e também negro, esteja participando desse processo que vai permitir que um negro esteja no Supremo Tribunal Federal — afirmou Paim.

O senador garantiu a Joaquim Barbosa sua presença na próxima quarta-feira, quando ocorrerá a sabatina do indicado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e prometeu trabalhar por uma aprovação rápida pelo Plenário. O futuro ministro disse a Paim que não gostaria de falar à imprensa sobre suas posições antes de ter seu nome aprovado pelo Senado.

### FESTA DO MILHO

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF), acompanhado das candidatas a Rainha da Festa Nacional do Milho, de Patos de Minas (MG), e da vencedora do concurso de 2002, também visitou Paim ontem. Ele foi convidado a participar do lançamento do evento e prometeu comparecer. Ainda acompanhava a comitiva o candidato do PT ao governo do Distrito Federal nas últimas eleições, Geraldo Magela.

# Estatuto de defesa dos torcedores agora é lei

Projeto inspirado em propostas da CPI do Senado que apurou irregularidades no futebol foi sancionado ontem pelo presidente Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem, em cerimônia no Palácio do Planalto, o projeto de lei do Estatuto do Torcedor, que cria normas de proteção e defesa para torcedores de competições esportivas. O projeto foi inspirado em propostas da comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Senado que apurou irregularidades na Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em federações estaduais e clubes de futebol.

Instalada em outubro de 2000, a CPI durou um ano e ouviu cerca de 80 pessoas, entre jogadores, técnicos, dirigentes de clubes e jornalistas esportivos. Ao final dos trabalhos, os senadores aprova-



A CPI do Futebol, que ouviu 80 pessoas durante um ano, teve a presidência de Alvaro Dias

ram uma série de sugestões de projetos de lei com o objetivo de modificar a estrutura da administração do futebol brasileiro, como explicou na época o presidente da comissão, senador Alvaro Dias

(PDT-PR). Algumas das propostas foram acatadas pelo Executivo, que enviou ao Congresso o projeto de lei do estatuto.

Entre as novidades trazidas pela nova lei está a figura do "ouvidor da competição", que será encarregado de receber e encaminhar todas as queixas, reclamações e sugestões de torcedores contra a organização e as arbitragens de torneios e campeonatos. O Estatuto do Torcedor estabelece ainda que é obrigatória a divulgação de todas as competições organizadas pelas entidades de administração do esporte, incluindo as tabelas completas, com horários dos jogos, e formas de contato com o ouvidor da competição.

## Comissão aprova embaixador para o Canadá

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação de Valdemar Carneiro Leão para o cargo de embaixador do Brasil no Canadá. A mensagem presidencial será agora examinada pelo Plenário. O futuro embaixador agradeceu os votos, lembrando que o apoio do Congresso é instrumento poderoso na legitimidade com que um embaixador defende os interesses nacionais.

Carneiro Leão apresentou suas prioridades: superar o conflito entre a Embraer e a Bombardier e ativar novas áreas de cooperação comercial e científica. A crise entre as empresas é resultado de disputa por mercados internacionais, disse.

Para o senador Hélio Costa (PMDB-MG), o Canadá foi injusto quando questionou a qualidade da carne bovina brasileira. Carnei-



Indicação de Carneiro Leão foi acolhida ontem por unanimidade pela Comissão de Relações Exteriores

ro Leão disse que as duas empresas terão que encontrar uma forma de concorrência não belicosa.

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e o presidente da CRE, Eduardo Suplicy (PT-SP), questionaram Carneiro Leão sobre a posição do Canadá em relação à criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O diplomata respondeu que ainda não há definições sobre a criação da área.

O senador João Capiberibe

(PSB-AP) destacou técnicas para manejo florestal desenvolvidas pelo Canadá. Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) enfatizou a exportação de madeira daquele país.

Marcelo Crivella (PL-RJ) pediu mais recursos para as representações brasileiras no exterior. Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Luiz Otávio (PMDB-PA) elogiaram a indicação de Carneiro Leão.

## Senadores participam de conferência

Os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Heráclito Fortes (PFL-PI), José Maranhão (PMDB-PB), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Magno Malta (PL-ES) vão representar o Senado na XVI Conferência Interparlamentar União Européia e América Latina, que se realizará em Bruxelas, de 19 a 22 de maio.

Parlamentares vão discutir as relações entre os dois continentes, enfocando assuntos como processos de integração comercial e a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2003

### PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO

Segunda-feira  
14h30 — Sessão não deliberativa

Terça-feira  
14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: PLV nº 9/03, reabre prazo para que os municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, e dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 8.989/95.

Quarta-feira  
14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Aguardando desobstrução

Quinta-feira  
14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Aguardando desobstrução

Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Terça-feira  
10h — Comissão de Educação

10h30 — Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática  
Pauta: Audiência pública com o ministro da Cultura, Gilberto Gil. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

Quarta-feira  
11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle.  
Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza  
Serys Slhessarenko  
Geraldo Mesquita Júnior  
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim  
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



# Comissão pede força-tarefa para investigar evasão

Senadores da CFC vão solicitar à Receita Federal a criação de grupo de auditores para tentar recuperar pelo menos parte dos US\$ 30 bilhões remetidos ilegalmente ao exterior via Banestado entre 1996 e 1999

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) decidiu ontem solicitar à Secretaria da Receita Federal a criação de um grupo de, no mínimo, 30 auditores fiscais, para investigar a sonegação tributária pelo Banco do Estado do Paraná (Banestado), em Nova York. A CFC decidiu também convidar João Marques Brandão Neto, procurador da República em Blumenau (SC), para que preste esclarecimentos sobre as investigações relativas a remessas ilegais de divisas ao exterior.

Após a votação, o presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), afirmou que irá pessoalmente à Receita Federal fazer um apelo ao secretário em favor da criação do grupo de auditores. As duas medidas foram requeridas pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). A senadora esclareceu que o procurador está investigando remessa ilegal de dólares que, entretanto, não teriam sido feitas via contas CC-5.

– Parece que é um aperfeiçoamento da modalidade que está sendo investigada. A bandagem se aperfeiçoa, faz pós-graduação – disse Ideli, na reunião da CFC.



Ideli Salvatti é autora dos pedidos para retomar apuração de remessa ilegal de recursos

Na próxima quarta-feira, a comissão ouvirá os depoimentos do delegado da Polícia Federal José Francisco de Castilho Neto e do perito federal Renato Barbosa, que realizaram, em Nova York, levantamentos sobre a remessa ilegal via contas CC-5 na agência do Banestado.

Ideli Salvatti lembrou que, quando levou à CFC a questão da remessa ilegal de divisas ao exterior por meio de contas CC-5, pretendia “colocar, de forma mais pública, a evasão monstruosa de divisas que envolve dinheiro vinculado a diferentes modalidades de

crime”. Segundo a senadora, se o dinheiro fosse legal, não seria necessário um esquema envolvendo doleiros, “laranjas”, contas CC-5 e uma infinidade de bancos.

– Dinheiro legal não faz percurso tão longo para camuflar seu envio – observou.

Ideli acrescentou que, de 1996 a 1999, estima-se que tenham sido enviados ao exterior US\$ 30 bilhões, dinheiro que, em sua avaliação, está vinculado ao narcotráfico, ao contrabando de armas, à sonegação e à corrupção. Ela disse também que a investigação sobre a remessa ilegal parou no governo passado, a equipe foi desmontada e agora é necessário concluir a apuração.

A senadora explicou que a evasão de divisas entre 1996 e 1997 já prescreveu (o prazo legal é de cinco anos, a pena cabível para o crime), mas é possível resgatar os valores relativos a 1998 e 1999, dependendo de quando terminarem as investigações (até o final de 2003 ou de 2004). O potencial resgate seria de US\$ 14 bilhões em impostos, juros e multa (os outros quase US\$ 14 bilhões teriam sido atingidos pela prescrição).

## Entrega de parecer sobre LDO é adiada para dia 7

O prazo para a entrega do parecer sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), previsto para o dia 2 de junho, deverá ser prorrogado por mais cinco dias, segundo o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

– A data de entrega das emendas havia sido revista do dia 5 para 13 de maio. Agora vamos dilatar o prazo para o relatório – disse o senador, que deve comunicar essa decisão na próxima reunião da comissão, na terça-feira.

A publicação das emendas, programada para o dia 18 de maio, também deverá ser prorrogada. Mas Mestrinho pretende manter a data de 14 de junho para finalizar a votação do projeto da LDO.

Os parlamentares apresentaram 2.022 emendas, que estão sendo analisadas pelo relator, deputado Paulo Bernardo (PT-PR). Boa parte delas estabelece critérios para as agências oficiais de fomento, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do

Brasil (BB), Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia (Basa), que devem movimentar cerca de R\$ 225 bilhões este ano.

Outra iniciativa dos parlamentares foi propor a criação do Anexo de Prioridades e Metas, que o Executivo não encaminhou com a proposta da LDO, como normalmente faz, alegando que o documento será apresentado junto com o projeto de lei do Orçamento da União para 2004 e do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para o triênio 2005/2007. Também há um grande número de emendas para garantir a execução das mudanças propostas pelos congressistas ao orçamento de cada ano.

As consultorias técnicas das duas Casas elaboraram nota apontando distorções causadas pelos cortes orçamentários do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público, a partir dos critérios estabelecidos pelo Executivo. O Senado, por exemplo, sofreu um represamento de 54,9%, muito superior à registrada no Executivo (37,3%).



Gilberto Mestrinho, presidente da CMO: prazos terão que ser alterados

## Falta de quórum impede votação de 26 itens

A limpeza de pauta, que o presidente da Comissão Mista de Orçamento pretendia realizar na reunião de ontem, teve que ser adiada para terça-feira. Após a votação pelo arquivamento de projeto de abertura de crédito extraordinário de R\$ 209,6 milhões aos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional, uma verificação de quórum constatou que não havia número de congressistas suficiente para examinar os outros 26 itens da pauta.

Mestrinho tinha a intenção de votar projetos que perderam a sua eficácia, especialmente os que estão tramitando desde o ano passado sobre obras com in-

dícios de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O presidente da CMO informou que muitas dessas obras já foram retomadas e, portanto, os projetos sobre os relatórios iniciais do TCU seriam arquivados se tivessem sido votados pela comissão, agilizando assim os seus trabalhos.

Para evitar o acúmulo de projetos como esses e os eventuais prejuízos que podem ocorrer com os atrasos na sua tramitação, o senador disse que está discutindo mudança no regimento interno da CMO para possibilitar a adoção de um processo sumário para o exame e votação dessas matérias.

## Suplicy espera que devedores paguem INSS

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou, em discurso, esperar que as empresas devedoras do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) regularizem sua situação, num momento em que o governo precisa de dinheiro para bancar seus projetos sociais e encabeça uma reforma para reduzir o déficit previdenciário.

– Esse foi o objetivo do ministro da Previdência ao divulgar a lista com os maiores devedores – disse.

A lista com os 28 maiores devedores, todos eles com dívidas superiores a R\$ 100 milhões, foi lida pelo senador. Entre eles, encontram-se empresas estatais e companhias privatizadas, uma prefeitura, empresas falidas e um banco. Conforme o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, a dívida com o INSS, se fosse paga, renderia aos cofres públicos R\$ 153 bilhões. Ele admitiu, no entanto, que muitos são créditos de difícil recuperação. Algumas empresas emitiram notas à imprensa informando que estão contestando as dívidas na Justiça.



Suplicy: objetivo da lista é estimular devedores a resolver as pendências

### Os 28 maiores devedores do INSS

Devedor	Em R\$ milhões
Transbrasil Linhas Aéreas	408,9
Prefeitura de Campinas	402,8
Varig	373,1
Encol (em processo de falência)	325,3
Associação Sulina de Crédito e A. Rural	255,9
Vasp	253,9
Caixa Econômica Federal	253,7
Fundação Educacional do DF (em extinção)	252,8
Secretaria de Educação de Santa Catarina	229,2
Cobrasma	212,9
Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado	194,4
Cia. Docas de São Paulo	185,3
Bloch Editores (massa falida)	178,4
Cia. Estadual de Águas e Esgotos	166,6
Prefeitura de Manaus	161,1
Ebid – Editora Páginas Amarelas	157,1
C.R. Almeida Engenharia	152,4
Ielisp – telecomunicações de S. Paulo	143,8
Cia. Abastecimento de Água do ES	141,7
Estado de Roraima	123,5
SEG – Serviços Especiais de Segurança	121,7
Petrobras	116,9
Banco do Estado do RJ (em liquidação)	115,9
Fundação Universidade de Passo Fundo	115,7
Banco do Estado de São Paulo	107,2
Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização	104,7
Cia. Vale do Rio Doce	102,7
Cia. Municipal de Limpeza Urbana (Coniurb)	101,0



Gerardo Magela

Santana diz que a prática dos dois supermercados é "predatória e cartelizada"

## Santana quer impedir cartel de supermercados

O senador Renildo Santana (PFL-SE) pediu ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão ligado ao Ministério da Justiça, que impeça a iminente venda das redes de supermercados G. Barbosa e BomPreço, ambas do grupo holandês Royal Ahold, a uma mesma empresa. Segundo ele, se as duas empresas continuarem pertencendo a um só dono, há o risco de manterem sua atual "prática comercial predatória e cartelizada".

O pedido ao Cade foi formalizado por uma representação, entregue quarta-feira da semana passada pelo governador de Sergipe, João Alves Filho, pelo senador e por outros parlamentares do estado. De acordo com Santana, a iniciativa de procurar o órgão partiu do governador, com apoio da bancada federal.

— É hora de o Ministério da Justiça intervir para restabelecer a justiça e o direito à livre concorrência. Cabe ao Estado zelar pelo equilíbrio entre a produção e o consumo, entre o fornecedor e o cliente e, nesse caso, entre as redes de supermercados e a população — afirmou.

As redes BomPreço e G. Barbosa dominam o comércio de supermercados em Sergipe. De acordo com Santana, o controle dessas empresas pelo grupo Royal Ahold provocou, entre outros problemas, redução da oferta e da variedade dos produtos no estado e a remarcação exacerbada dos preços.



Roosevelt Pinheiro

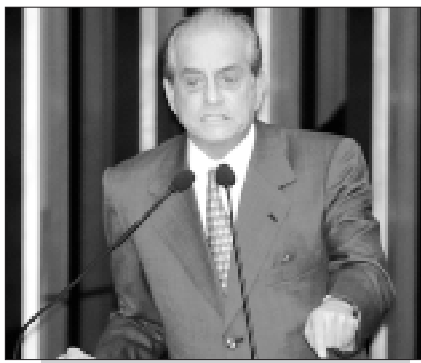
Segundo Capiberibe, quem ganha mais deve pagar mais imposto

# Reforma deve respeitar o direito adquirido, diz Tebet

Senador considera mudanças necessárias, mas discorda de pontos como a cobrança de contribuição previdenciária de servidores inativos

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu ontem a adoção de um regime único de previdência para os trabalhadores dos setores público e privado, mas com estrito respeito ao direito adquirido. Nesse sentido, ele se manifestou contra a cobrança de contribuição previdenciária de servidores inativos e de pensionistas.

— Não é admissível dar fim a um direito de quem trabalhou e contribuiu por 30 anos. Defendo com unhas e dentes o tratamento sem distinção, desde que respeitados os direitos adquiridos. Um dos terríveis males de nosso país é o de se querer corrigir as coisas fazendo retroagir as consequências das decisões — frisou o senador.



Roosevelt Pinheiro

Para Ramez Tebet, mudança não pode sobrecarregar trabalhador

Tebet se disse favorável à fixação de R\$ 2.400 como teto para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), mas também criticou a possibilidade de redução das pensões para 70% do salário que o servidor tinha na ativa, conforme consta da proposta do governo. Ele elogiou a idéia de elevação da idade

mínima para a aposentadoria dos servidores — 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres.

O senador também se referiu à divulgação da relação dos devedores da Previdência, cujo débito chega a R\$ 153 bilhões, contra R\$ 65 bilhões de déficit do sistema. Salientou que, diante da dívida das grandes empresas, não é justo que a reforma sobrecarregue o trabalhador.

Tebet comentou, a seguir, a proposta de reforma tributária. Ele chamou atenção para a possibilidade de que haja aumento da carga tributária dos atuais 36% para 40% do Produto Interno Bruto (PIB).

— Trata-se de uma carga escorçante para um país que, infelizmente, presta serviços públicos deficientes — disse.

## Virgílio: PSDB rejeita aumento de tributos

Na qualidade de líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM) garantiu que seu partido lutará "com tenacidade" contra qualquer aumento da carga tributária a ser proposto pelo governo. Em especial, ele se opôs à alíquota de 35% de Imposto de Renda para altos salários.

— Somente passando por cima da nossa capacidade de obstrução, de nosso espírito de luta e tenacidade o governo conseguirá aprovar aumento de tributos. Não dá para entender o furor arrecadatório do governo, pois vem conseguindo recordes de arrecadação a cada mês que passa — observou.

Arthur Virgílio disse que o país está em recessão, pois nem mesmo o Dia das Mães, tradicional ocasião



Roosevelt Pinheiro

Arthur Virgílio afirma que carga tributária no Brasil já chegou ao máximo suportável

de grandes vendas no comércio, conseguiu alcançar os níveis do ano passado, registrando queda de 2%.

O senador ressaltou que o Brasil precisa de um novo pacto federativo, mais empregos e empresas saudáveis, e não de aumento de alíquo-

tas do Imposto de Renda, "providência que não aquecerá a economia". Ele argumentou que os grandes assalariados são, tradicionalmente, os maiores consumidores.

Virgílio afirmou que a carga tributária no Brasil já chegou ao máximo suportável pela economia e pela população: 36% do Produto Interno Bruto. Lembrou que nos Estados Unidos a carga é de 31%, acrescentando que, se for feita uma equivalência com as condições brasileiras, ela deveria ser de 23% no Brasil.

O senador reconheceu que seria demagogia advogar uma diminuição da carga tributária no atual momento, mas observou que aumentar tributos "é uma insanidade econômica e social".

## Capiberibe apóia nova alíquota do IRPF

O senador João Capiberibe (PSB-AP) expressou apoio a um possível aumento da alíquota máxima do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 27,5% para 35%. "Defendo que quem ganha mais pague mais imposto", declarou, pedindo, em contrapartida, a redução da alíquota das faixas inferiores de tributação.

— Para se fazer justiça social, é necessário um instrumento fiscal eficiente — afirmou.

João Capiberibe lamenta, entretanto, que a ampliação da carga tributária na década passada não tenha refletido em melhoria das condições de vida da população carente. Com base em informações repassadas pelo ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, ele assinalou que esses recursos extras foram consumidos pelo aparato administrativo público.

Diante das críticas à tentativa do

governo de melhorar a arrecadação, focada no aumento da alíquota do IRPF e na taxação do lucro líquido das empresas, o senador lembrou que, no Brasil, o pobre costuma pagar mais imposto que o rico.

— Vivi muito tempo fora do Brasil e, nos países ricos, o instrumento para equilibrar a distribuição de renda foi justamente o fiscal, com a adoção de alíquotas diferenciadas — comentou.



Roosevelt Pinheiro

José Jorge lembrou nota publicada em jornais pela Petrobras

## José Jorge alerta governo para liminares

Em nome da liderança do PFL, o senador José Jorge (PE) alertou o governo, ontem, para a necessidade de maior controle sobre liminares judiciais que determinam a devolução de tributos "pagos a mais" pelo setor de combustíveis. Se as cobranças antes se dirigiam à Petrobras e se relacionavam ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), hoje os questionamentos chegam à Receita Federal e envolvem a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), observou.

A advertência de José Jorge ocorre no momento em que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal decide afastar, por suspeita de corrupção, o juiz Jorge Riera, da 1ª Vara Civil de Sobradinho. Segundo o senador, Riera estava entre os 13 juízes do país que, em 2001, concederam liminares em favor de distribuidoras de combustíveis, obrigando a Petrobras a retirar de seus cofres milhões de reais para compensar "pagamento indevido" de ICMS por essas empresas.

De acordo com José Jorge, essa prática só foi interrompida quando o Conselho Administrativo da Petrobras decidiu publicar a nota "Piratária Tributária", alertando a sociedade para irregularidades nessas ações. O senador destacou também a importância da intervenção no episódio do então advogado-geral da União Gilmar Mendes (hoje ministro do Supremo Tribunal Federal), que instou os tribunais a investigar e punir juízes envolvidos com liminares ilegais.

No momento em que caso semelhante atinge a Receita Federal, José Jorge pede explicações públicas ao órgão, advertindo para o risco de desvio de milhões de reais. "É necessário que haja reação", afirmou, lembrando que, dos R\$ 70 milhões efetivamente perdidos em fraudes, a Petrobras só conseguiu reaver R\$ 3 milhões.



# Subcomissão vai proteger brasileiro no exterior

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional decide criar órgão permanente a partir de requerimentos de Marcelo Crivella e Tião Viana. Também foi aprovada doação de corveta para a Namíbia



Iris de Araújo lamenta impasse na área de transporte em Goiânia

## Iris pede diálogo para acabar com greve de fome

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) fez ontem apelo às autoridades do estado de Goiás para que retomem o diálogo e as negociações com o Sindicato do Transporte Alternativo do Aglomerado Urbano de Goiânia (Sintrago), a fim de que os 17 sindicalistas que se encontram acampados a poucos metros do Palácio do Planalto interrompam a greve de fome iniciada na quarta-feira.

Iris de Araújo lembrou que o impasse se arrasta há anos e registrou tristes passagens, como a morte do motorista José Marcos Ferreira da Silva, atingido por policiais em 1999 na porta do Palácio das Esmeraldas, sede do governo goiano. A senadora assinalou que em agosto do mesmo ano a Câmara Municipal de Goiânia aprovou a regulamentação do transporte alternativo e, em 2002, o sistema foi legalizado.

Este ano, informou ela, surgiram novos embates, que geraram o colapso e uma crise sem precedentes no sistema, deixando a população sem meios de locomoção. No dia 28 de abril, relatou, ocorreu novo conflito, com a prisão de 32 motoristas e cobradores que estavam trabalhando. Como protesto, a Praça Cívica, onde está instalado o Palácio das Esmeraldas, foi fechada pelos microônibus.

— Mais uma vez, o governador Marconi Perillo mandou a tropa de choque com seus cachorros, cavalos e bombas de gás lacrimogêneo para dispersar o movimento. E a situação permanece sem saída até os dias de hoje — lamentou a senadora.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a criação da Subcomissão Permanente Destinada à Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior. Ela foi instituída a partir de dois requerimentos semelhantes, um do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) e outro do senador Tião Viana (PT-AC).

Foi aprovado também parecer do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) favorável à doação pelo governo da corveta Purus, da Marinha do Brasil, para a Namíbia. Apesar de votar favoravelmente, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) sugeriu que no futuro navios de guerra em desuso sejam transformados em usinas flutuantes para populações ribeirinhas.



Marcelo Crivella chamou atenção para situação de brasileiros no exterior

Outro parecer aprovado pela CRE modifica o convênio do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no que trata da alocação de direitos especiais de saque. O ajuste concedido, explicou o relator, senador João Capiberibe (PSB-AP), amplia as possibilidades de financiamento em moeda estrangeira.

## Saneamento exige política agressiva, diz Hélio Costa

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) alertou ontem para a urgência de uma política agressiva de saneamento básico no país. Ele considerou chocantes as estatísticas do Ministério da Saúde, segundo as quais a cada 15 minutos morre uma criança no Brasil em função das más condições de saneamento básico.

— Assim, até eu terminar esse discurso, mais uma criança terá morrido — disse.

O senador apontou para a extrema morosidade dos avanços em saneamento básico no país, lembrando que, em 1991, 45% dos lares eram dotados de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. Em 2000, o total subiu para 56,5%. A ser mantida essa taxa de crescimento, salientou, o país levaria 40 anos para universalizar boas condições de saneamento.

Hélio Costa reconheceu que a universalização do saneamento é cara, pois custará entre R\$ 50 bilhões e R\$ 70 bilhões. Observou, porém, que somente em serviço da dívida interna o Tesouro gastou, em 2002, R\$ 74 bilhões, enquanto a dívida externa custa US\$ 1 bilhão por mês.

— Não estou argumentando que



Hélio Costa: saneamento básico tem que ser definido como prioridade

se deva deixar de honrar compromissos financeiros, interna e externamente. Quero dizer, apenas, que recursos existem. Trata-se de identificar mecanismos que nos permitam enfrentar, com seriedade, o problema do saneamento básico, definindo-o como a prioridade

absoluta que realmente é — afirmou.

O senador lembrou que tramitam em comissão especial da Câmara dos Deputados projetos de lei que criam uma política nacional de água e esgoto. Ele disse que o Congresso precisa agilizar essas votações, estabelecendo diretrizes para a prestação, regulamentação e fiscalização dos serviços.

Em aparte, o senador Magno Malta (PL-ES) ressaltou que, sem saneamento básico, as crianças brasileiras nunca terão direito à saúde, nem sequer a tratamento de dentes. O senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que sua maior obra como governador do Piauí foi construir 400 quilômetros de esgoto em Teresina (PI) e usinas de tratamento.

— Dizem que obra subterrânea não dá voto. Dá sim, pois fui eleito senador — avaliou.

Também foi aprovado parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao acordo entre Brasil e Uruguai para a construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão (pelo lado brasileiro) e Rio Branco (pelo lado uruguaio).

Aprovado ainda parecer favorável do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a acordo internacional que suprime a exigência de vistos em passaportes diplomáticos, especiais e de serviço entre os governos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O presidente da comissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apoiou a aprovação da matéria, e os senadores Hélio Costa e Marcelo Crivella pediram que a liberação da necessidade de vistos estenda-se a todos os tipos de passaportes.

Outra matéria aprovada foi parecer favorável da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) a protocolos da Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional para o combate ao tráfico de migrantes e a prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças.

Aprovados também pela CRE quatro votos de aplauso do senador Tião Viana destinados aos governos de França, China, Rússia e Alemanha, por se posicionarem contrários à guerra do Iraque. Pedro Simon destacou a importância da aprovação desses votos. A comissão acolheu ainda requerimento dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Pedro Simon convidando o arcebispo de Manaus, dom Luiz Soares Vieira, para debater a soberania brasileira sobre a Amazônia.

## Renan defende unificação das ações sociais do governo

A fusão das ações sociais do governo federal em um único programa de transferência de renda foi defendida ontem pelo líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL). Além de acelerar a estratégia de inclusão social no país, beneficiando mais



Renan Calheiros destaca programa Primeiro Emprego

de 50 milhões de brasileiros em situação de pobreza, a medida evitaria também “desvios e superposição de autoridades na área”.

Segundo Renan, o presidente Lula já teria criticado a multiplicidade de programas de transferência de renda, que consomem mais de R\$ 7 bilhões. Mas a unificação dessas iniciativas, conforme observou, não esgotaria os esforços de melhoria das condições de vida da população.

Paralelamente à otimização dessas políticas, o líder peemedebista recomendou a continuidade de iniciativas já em curso e o atendimento a pessoas “realmente necessitadas”. Defendeu ainda uma “revisão qualitativa” nos cortes orçamentários e nas metas de superávit primário, negociadas com os credores internacionais. As reformas previdenciária e tributária

e a reformulação da política de comércio agrícola pelos países ricos também seriam elementos importantes para a conquista daquela meta.

### EMPREGO

No universo das políticas sociais, Renan Calheiros enfatizou o programa Primeiro Empre-

go, por acreditar, assim como o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), “que as fórmulas que geram trabalho e renda merecem prioridade”. O senador de Alagoas informou, com base em dados do Ministério do Trabalho, que há 8 milhões de brasileiros de 16 a 14 anos sem ocupação. “O importante é que qualquer tipo de benefício procure evitar as armadilhas do desemprego e da pobreza”, frisou.

Em aparte, Suplicy acolheu a defesa do senador peemedebista pela unificação dos programas de transferência de renda, afirmando que a medida pode racionalizar e simplificar o sistema. Embora não se diga contrário à caridade, o senador Mão Santa (PMDB-PI) se mostrou mais favorável à implementação de programas que prestigiem o trabalho e o trabalhador.

# Convênios ampliam a atuação da Unilegis

Paulo Paim assina acordos firmados entre ILB, Anatel, Assembléias de Minas e do Rio Grande do Sul e governo do Rio Grande do Norte em comemoração ao aniversário da Universidade do Legislativo

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), assinou ontem convênios entre a Casa, por intermédio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), e as Assembléias Legislativas de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o governo do Rio Grande do Norte, em comemoração ao primeiro ano de instalação da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

— A Unilegis já ultrapassa as fronteiras do Brasil, fazendo um trabalho de referência em nível internacional. Hoje, temos 19 assembléias representadas e, em breve, chegaremos a todas as 27, levando informação e preparação dos

profissionais do Legislativo a cada município.

O diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, fez um pequeno histórico lembrando as iniciativas de três presidentes do Senado: Sarney, que criou o ILB em seu primeiro mandato na Presidência da Casa; Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que fundou a Unilegis em 2001, e Ramez Tebet (PMDB-MS), que presidiu a sua instalação, no ano passado.

Já o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, anunciou que o Parlamento de Angola deseja aproveitar a experiência do ILB e da Unilegis. À tarde, foi instalada a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel).



Segundo Paulo Paim, Unilegis ultrapassa fronteiras e realiza um trabalho considerado referência internacional

## Tuma participa da abertura da 11ª Bienal do Livro do Rio

Por delegação do presidente do Senado, José Sarney, o 1º secretário da Casa, Romeu Tuma (PFL-SP), participou ontem da abertura da 11ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro. Ao lado de Tuma, estavam o ministro da Educação e senador licenciado Cristovam Buarque, e o ministro da Cultura, Gilberto Gil.

Tuma inaugurou o estande do Senado e entregou à governadora Rosinha Mateus exemplares da Constituição do Rio em braile. “Sou um entusiasta das publicações em braile e dos livros do Conselho Editorial. A participação do Senado em eventos literários é uma maneira de a Casa mostrar para o público de outros estados como está afinada com a cultura nacional”, afirmou.

Os senadores fluminenses Marcelo Crivella (PL), Sérgio Cabral Fi-



Romeu Tuma e o ministro Gilberto Gil, durante abertura da feira

lho (PMDB) e Roberto Saturnino (PT) lançarão obras no estande do Senado. Dia 22, Sérgio Cabral promove noite de autógrafos do livro *Os Direitos da Terceira Idade*. No dia seguinte, Saturnino apresenta o livro *Atividade Parlamentar 2002/2003*. No dia 24, será a vez de Crivella lançar o livro *Um Sonho que se Tornou Realidade*. Nesta segunda-feira, associações de deficientes visuais receberão exemplares de legislação em braile.

## Sarney exalta talento de Raymundo Faoro

O senador José Sarney, presidente do Senado, associou-se às homenagens prestadas ontem ao jurista, escritor e cientista social Raymundo Faoro, morto no Rio de Janeiro. “Hoje constatamos que a paisagem humana do país diminuiu com a sua morte”, disse.

Sarney lembrou as qualidades do homenageado, sobretudo seu talento jurídico, intelectual e po-



José Sarney: *Os Donos do Poder* é obra marcante do intelectual

lítico. Afirmou que, como intelectual, Faoro deixa obra marcante na literatura brasileira, bastando que se leia *Os Donos do Poder*, considerado um clássico da literatura política.

— Como político, ele foi um defensor da liberdade, marcando sua vida pelas causas que empolgou, sobretudo na redemocratização do país. Como jurista, foi também o

advogado que marcou sua existência pela defesa dos injustiçados, muitos deles na área política e que são devedores da sua ação, do seu talento e da sua bravura.

Da mesma forma, o presidente do Senado louvou em Faoro o companheiro intelectual da Academia Brasileira de Letras. Ele recordou que, nos anos 40, Faoro ajudou a fundar a revista *Quixote*, iniciativa de um grupo de jovens que se notabilizou como a turma do pós-modernismo.

## Senadores reverenciam a memória do intelectual

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) homenageou em Plenário a memória do jurista Raymundo Faoro, morto ontem em consequência de enfisema pulmonar. Membro da Academia Brasileira de Letras, Faoro tinha 78 anos e era um dos mais importantes intelectuais brasileiros, autor de obras de referência em Direito e Ciências Humanas, entre elas o clássico *Os Donos do Poder*. O líder do governo no Senado disse que cabe ao país reverenciar a

memória de Faoro.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Sibá Machado (PT-AC) e Pedro Simon (PMDB-RS) apresentaram requerimento de profundo pesar pela morte do jurista. Arthur Virgílio (PSDB-AM) também manifestou pesar pela morte de Faoro. Ele lembrou a atuação do jurista nos esforços pela redemocratização do país.

— Quando alguém pensar em justiça, em liberdade, em doação, em generosidade, lá vem o nome



Mercadante destacou a importância do jurista

daquele que interpretou o Brasil e soube ser um grande brasileiro — disse Arthur Virgílio.

VEREADORA

Mercadante também homenageou a vereadora de Santos Luzia Neófiti, falecida ontem, aos 44 anos. Ela integrou o diretório estadual do PT e foi secretária de Educação de Santos.

## Demostenes lamenta morte de poetisa

A morte da professora e poetisa Yêda Schmalz, no último sábado, em São Paulo, foi lamentada ontem pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO). “Nas últimas décadas, Yêda iluminou milhares de mentes com a chama de seu talento, contos, ensaios, além de milhares de artigos”, assinalou.

Segundo informou, Yêda foi professora de História da Arte e de Estética da Universidade Federal de Goiás (UFG), onde incentivou jovens escritores e todos os interessados em literatura. A professora também era militante histórica do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), mas destacou-se mesmo na poesia, acrescentou.



Demostenes Torres homenageia a goiana Yêda Schmalz

— Dava gosto ver a alegria de Yêda ao falar de seus projetos. Aliás, ela sempre tinha projetos e mais projetos, todos com a cultura à frente. Para ela mesma, nada. Em seu proveito pessoal, nada. Lucrava apenas com o embevecimento dos leitores ou com a cara feia dos caras que até hoje não compreendem como alguém pode se dedi-

car com tanto afinco a algo tão sublime quanto a poesia.

O senador disse que as poesias de Yêda Schmalz podem ser encontradas em diversos endereços da Internet. “Professora, escritora, pesquisadora, Yêda era sobretudo criadora. Dizia enxergar a vida somente “inventando coisas novas”. Definia-se: “Para mim, criar, fazer arte, tem o mesmo significado que outras pessoas encontram em almoçar, jantar e dormir”, afirmou.

## Assassinato de ex-diretora de assembleia tem voto de pesar

O Plenário do Senado aprovou requerimento de pesar pelo assassinato de Ísis de Castro, ex-diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. A proposta foi apresentada pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Conforme o senador, a ex-diretora foi assassinada por seu próprio companheiro, ato que traumatizou a sociedade sul-matogrossense.



## Virgílio critica ministros que não respondem pedidos

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou a atitude de ministros do governo Lula da Silva que ignoraram ou responderam inadequadamente a seus pedidos de informação. Segundo ele, os titulares das pastas de Desenvolvimento Agrário, da Promoção e Assistência Social e das Cidades nem sequer enviaram respostas, apesar de já ter decorrido o prazo constitucional de 30 dias. Ele solicitou providências à Mesa do Senado.

Segundo Arthur Virgílio, somente a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, a quem solicitou informações sobre a Petrobras, e a secretária especial de Políticas para as Mulheres, Emilia Fernandes, responderam de forma arti-

culada às suas indagações.

O líder do PSDB no Senado disse ter dirigido dois requerimentos de informação ao ministro da Casa Civil, José Dirceu. O primeiro, relacionado a gastos com o lançamento do Programa Fome Zero, veio com resposta razoável, disse.

O segundo, a respeito do cerceamento à livre manifestação dos servidores do Palácio do Planalto, obteve o seguinte comentário, considerado insatisfatório pelo senador: "Trata-se de uma campanha de caráter meramente pedagógico e educativo sobre procedimentos a serem observados em relação à segurança da informação".

## Comissão aprova Leôncio Feitosa para dirigir ANS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, por 14 votos a favor e duas abstenções, parecer favorável à indicação de José Leôncio de Andrade Feitosa para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A mensagem presidencial com a indicação será agora examinada pelo Plenário.

Em seu depoimento, Leôncio Feitosa afirmou que a ANS precisa ter maior poder político e financeiro para desenvolver um trabalho de melhor qualidade e com maior visibilidade para todos os consumidores, principalmente no que se refere aos planos de saúde. Ele também defendeu a ampliação do quadro de pessoal da ANS.

Uma das principais atribuições dessa agência reguladora, autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, é a de fiscalizar e controlar os planos de saúde, além de defender os 35 milhões de usuários desses planos.

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) disse ser chegada a hora de as

agências reguladoras, a exemplo da ANS, se firmarem como entidades capazes de cumprir as suas atribuições constitucionais. Mas para que isso ocorra, condicionou, será necessário garantir às agências qualificação profissional e constante reciclagem de pessoal, além de maiores recursos federais. Leôncio Feitosa concordou com as observações do senador.

Em resposta ao senador Aelton Freitas (PL-MG), o médico declarou que, como diretor da ANS, lutará pela ampliação da cobertura dos planos de saúde e buscará melhores condições para que os cidadãos da terceira idade tenham acesso a planos de saúde mais baratos.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu uma saúde pública de qualidade. Patrícia Saboya (PPS-CE), Mão Santa (PMDB-PI), Augusto Botelho (PDT-RR), Iris de Araújo (PMDB-GO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacaram as qualidades profissionais e éticas de Leôncio Feitosa.



Leôncio Feitosa disse aos senadores que a ANS precisa ter maior poder político e financeiro para desenvolver um trabalho de melhor qualidade

# Tião Viana diz que unidade deve prevalecer no PT

Líder no Senado fica no cargo após a desistência de oito senadores do partido de enviar documento sobre dissidentes à direção do partido

O PT continuará respeitando as divergências internas, mas caminhará unido na votação das reformas. Foi o que anunciou ontem o líder do partido no Senado, Tião Viana (AC). Ele discursou em Plenário depois que oito senadores petistas voltaram atrás em pedido para que a Executiva Nacional do PT revisse a decisão de abrir processo contra parlamentares dissidentes por quebra da ética. Tião Viana chegara a anunciar que deixaria a liderança, depois de os oito senadores terem divulgado documento, sem consulta aos líderes do partido, sugerindo a abertura de negociações com os dissidentes.

— Não restava outro caminho a não ser a renúncia, mas houve a reparação do erro, que foi a retirada do documento — disse o líder.



Tião Viana afirma que o erro foi reparado

No entender de Tião Viana, o documento foi motivado pela solidariedade com os parlamentares que têm se posicionado contra o texto da reforma da Previdência — a senadora Heloísa Helena (AL), e os deputados João Batista Babá (PA) e Luciana Genro (RS). No entanto, afirmou o senador, a posição representou ingenuidade política, uma vez que as lideranças no Parlamento não foram convocadas a opinar.

Na avaliação de Tião Viana, a direção do partido entende que o limite de tolerância que deve existir no debate interno foi ultrapassado. Por outro lado, assinalou, os parlamentares envolvidos consideraram que foi violentado o seu direito de debater.

## Suplicy pede que Lula promova a pacificação

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou-se da tribuna solidário com o líder do PT no Senado, Tião Viana, se dizendo confiante na possibilidade de conciliação. Suplicy informou que ele e o jurista Dalmo Dalari foram convidados pela senadora Heloísa Helena como testemunhas no processo do Conselho de Ética do PT. O senador paulista disse que comparecerá ao conselho, no dia 25, com a intenção de obter uma "convivência democrática".

O senador sustentou ainda que, se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quiser, ele mesmo conseguirá "apaziguar os ânimos entre a direção nacional do PT e os colegas que discordam de pontos das reformas".

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que se a senadora Heloísa Helena for "crucificada por defender idéias que o PT sempre defendeu, daqui a pouco ela vai estar percorrendo o Brasil, encontrando trincheiras e tribunas dispostas a ouvi-la".

— O PT pode estar fazendo um mau negócio neste caso — observou Simon.

## Eduardo elogia decisão do líder petista

Falando em nome da liderança do PSDB, o senador Eduardo Siqueira Campos (TO) parabenizou o senador Tião Viana por anunciar sua permanência na liderança do PT no Senado.

— Todos nós, integrantes do Senado, fomos informados da iminência e da possibilidade de vossa excelência não estar mais à frente da liderança do PT. Nós que respeitamos todas as decisões internas dos partidos sabemos o quanto seu papel é importante na Casa, o quanto tem se esforçado para ser um bom interlocutor não apenas para o governo, o PT e o bloco governis-



Eduardo: governo FHC também teve dificuldades

ta, mas também para os demais partidos — afirmou Eduardo Siqueira Campos.

Comparando o momento atual com o período em que Fernando Henrique Cardoso foi presidente da República, Eduardo Siqueira Campos destacou as dificuldades que um partido enfrenta quando está no governo. Ele registrou que as responsabilidades são muitas e que a ação de quem governa deve extrapolar o âmbito partidário: o governante deve buscar nos demais partidos e nos segmentos organizados da sociedade apoio para suas propostas.

## Jucá deixa presidência da CAS

Ao iniciar a reunião de ontem da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Romero Jucá (RR) comunicou que colocava o cargo à disposição do PSDB, uma vez que se filiou ao PMDB na quarta-feira. Jucá destacou a lealdade com que sempre serviu ao PSDB e ao governo Fernando Henrique Cardoso.



Jucá trocou de partido e por isso deixou cargo

Vários senadores elogiaram a postura de Jucá e seu trabalho à frente da CAS: Patrícia Saboya (PPS-CE), Mão Santa (PMDB-PI), Eurípedes Camargo (PT-DF), Ney Suassuna (PMDB-PB), Iris de Araújo (PMDB-GO), Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Papaléo Paes (PMDB-AP), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Reginaldo Duarte (PSDB-CE).

# Delcídio Amaral defende criação do Mercoeste

Conforme senador, novo mercado teria objetivo de promover o desenvolvimento da região central do país, que concentra a mais extensa área cultivável disponível no mundo e a maior produção de grãos da América do Sul



Magno Malta enviou ao Executivo proposta para reduzir a violência e cobra resposta

## Magno Malta quer ação contra criminalidade

O senador Magno Malta (PL-ES) cobrou do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, uma resposta à proposta formalizada por ele com o objetivo de diminuir a criminalidade no Brasil. A sugestão é distribuir os 60 presos mais perigosos do país nas celas de segurança máxima existentes no Distrito Federal, São Paulo e Acre, monitorados por um sistema eletrônico, informou ele ontem.

Para fazer a segurança desses presos, Magno Malta propôs a criação de uma equipe de elite de agentes penitenciários, integrada pelos 300 melhores policiais federais e outros 300 policiais federais que se aposentaram quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou que faria a reforma da Previdência. Estes policiais, ainda segundo a sugestão do senador, receberiam um acréscimo nos seus salários e somente manteriam contato com os presos utilizando capuzes.

— O problema do Brasil não é Fernandinho Beira-Mar, que a cada viagem que faz para trocar de presídio representa um custo de R\$ 300 mil. O problema é a corrupção policial, que permite que os presos perigosos continuem gerenciando o crime de dentro das cadeias. Não vamos conseguir diminuir a violência apenas repassando dinheiro para os estados comprarem viaturas e revólveres calibre 38 para a polícia — afirmou Magno Malta.

Para o senador, o crescimento da violência no Brasil interfere até na economia, sendo o desaquecimento do turismo exemplo disso.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu ontem a criação do Mercoeste, com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento sustentável da região central do país. Com seu foco comercial orientado para o desenvolvimento das atividades exportadoras, o Mercoeste, disse o senador, seria integrado pelos estados de Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Acre e Distrito Federal, podendo atingir um mercado consumidor de mais de 14 milhões de habitantes.

— Para que o Mercoeste não se transforme numa idéia meramente burocrática e, portanto, pouco dinâmica, exige-se a formação de uma agência de desenvolvimento, com o propósito de aglutinar as ações e de encaminhar proposições e decisões.

Ao destacar que o cacife político

do futuro Mercoeste abarca sete governadores, 21 senadores, 65 deputados federais, quase 700 prefeitos, além de 35 federações de setores produtivos, Delcídio apontou que essa “expressiva estrutura representativa”, com organização e força de vontade, possui capacidade política e econômica para alavancar seu desenvolvimento.

Considerada a mais importante região produtora de grãos da América do Sul, responsável por mais de 30% da produção nacional de milho, soja, sorgo e algodão, o novo bloco econômico in-



Delcídio Amaral diz que bloco contaria com 21 senadores e 65 deputados federais

terno detém a mais extensa área agrícola cultivável em disponibilidade no mundo, conforme o senador.

Em apartes, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) destacou o potencial turístico de Brasília, que, apesar de ser a capital do país, é desconhecida por 90% dos brasileiros. Eurípedes Carmo (PT-DF) reconheceu a importância do turismo para o novo bloco econômico. Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) solidarizou-se com Delcídio e afirmou que, no discurso, ele traçou o perfil da agência “tão sonhada por todos nós”.

## Ideli elogia fortalecimento do Mercosul

A política de fortalecimento do Mercosul adotada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi elogiada ontem pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). “Em toda a sua carreira diplomática, o nosso ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse que nunca viu uma ofensiva de política externa com tanta receptividade e aceitação como a implementada pelo presidente Lula”, afirmou.

Ideli também destacou a política de aproximação do Mercosul

com o bloco do Mercado Comum Europeu. Segundo ela, a Europa não gostou do poderio bélico e econômico demonstrado pelos Estados Unidos no Iraque e quer fortalecer outros eixos internacionais. E lembrou que os Estados Unidos são o maior parceiro comercial do Brasil, mas, como bloco, a Europa é o maior parceiro.

Aparteando, o senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu a ampliação dos países membros do Mercosul e disse que o Brasil é vizi-

no da União Européia porque faz fronteira com a Guiana. Ele também defendeu a ampliação das parcerias com a China, a Índia e a África, “mas primeiro vamos fortalecer nosso bloco regional e depois partir para outros acordos internacionais”.

Ideli Salvatti apelou aos partidos com representação no Senado para que indiquem seus membros na Comissão Mista do Mercosul, a fim de que o colegiado possa ser instalado.

## Impasse no Amapá preocupa Papaléo

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) pediu ao governo federal apoio para que o governo do Amapá possa resolver impasse com a empresa Indústria e Comércio de Minérios (Icomi). No início da década de 50, explicou ele, a Icomi recebeu concessão para explorar as jazidas de manganês existentes no município de Serra do Navio (AP). A concessão expirou no dia 3 de maio passado, implicando a reversão automática de todo o complexo de operações da em-



Papaléo pede apoio do governo federal em negociação

presa para o estado.

O governador amapaense, Waldez Góes, segundo Papaléo, procurou negociar com a empresa o recebimento do patrimônio e uma solução para as ações sociais e ambientais que dizem respeito à Icomi. Como não houve sucesso, acrescentou, o estado recorreu ao Judiciário e conseguiu uma liminar que por ora obriga a empresa a manter em operação a estrada de ferro que atende comunidades da região.

— O governo do estado quer que

a Icomi continue a operar a estrada de ferro às suas expensas, assumindo o custo até que o processo de reversão de bens esteja concluído. E ainda quer que a empresa solucione o problema do rejeito de manganês que apresenta alto grau de arsênio e que ameaça a saúde da população — explicou Papaléo.

A justificativa de Papaléo para o pedido de participação do governo federal na solução é que, quando as jazidas foram concedidas à Icomi, o Amapá era território federal. O senador também destacou que, durante 50 anos, a empresa “auferiu lucros fabulosos e trouxe conseqüências predações para o Amapá”.

## Pauta do Senado continua trancada por falta de acordo

A pauta de votações do Plenário continua trancada e, por falta de acordo entre lideranças partidárias, não foi possível votar ontem o projeto de lei de conversão à medida provisória que trata da prorrogação do prazo para que municípios que renegociaram dívidas com a União possam tomar empréstimos externos ou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Medidas provisórias têm prioridade de votação quando sua vigência está para se encerrar, e a MP da renegociação municipal voltará à pauta na próxima semana.

O presidente do Senado, José Sarney, comunicou ao Plenário que colocará em votação três MPs caso os partidos não entrem em acordo até terça-feira.



Sugestão de Ney Suassuna visa fortalecer luta por investimentos na região

## Suassuna propõe bancada do Nordeste no Senado

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lançou a idéia de formar uma bancada do Nordeste no Senado para lutar por mais investimentos e verbas destinados à região. Segundo ele, há um ano e meio, desde que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi extinta, verbas constitucionais a que a região tem direito não estão sendo liberadas.

Cada estado, explicou, indicará um senador como seu representante no fórum, para que as reuniões sejam mais ágeis. Quando se tratar de decisões mais relevantes, a bancada deverá se reunir.

Conforme Suassuna, a substituição da Sudene pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste teve resultados desastrosos para a região.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Luiz Otávio, Antero Paes de Barros e Mão Santa e pelas senadoras Serys Slhessarenko e Iris de Araújo